



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JORGE KAJURU

PARECER N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2023, do Senador Jaques Wagner e outros, que *altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas.*

Relator: Senador **JORGE KAJURU**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 42, de 2023, que *altera as condições de elegibilidade por militares da ativa das Forças Armadas.* O primeiro signatário da matéria é o Senador Jaques Wagner (PT/BA).

A PEC busca alterar o art. 14 da Constituição Federal (CF), cujo § 8º hoje dispõe que o militar alistável (seja miliar federal, das Forças Armadas, seja militar estadual ou distrital, das forças auxiliares do Exército – polícias militares e corpos de bombeiros militares) é elegível, atendidas as seguintes condições: 1) se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; e 2) se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

A proposição pretende que as regras constitucionais atuais sejam aplicáveis *apenas* aos militares alistáveis dos Estados, do Distrito Federal (DF) e dos Territórios, ou seja, aos policiais militares e aos bombeiros militares.

Para os militares federais, a PEC objetiva inserir o § 8º-A ao art. 14 da Lei Maior, a fim de prever que o militar alistável das Forças Armadas é elegível e, no ato do registro da candidatura, ficará transferido: 1) para a reserva

não remunerada, se não preencher as condições de transferência a pedido para a inatividade remunerada; ou 2) para a reserva *remunerada*, se preencher as condições de transferência a pedido para a inatividade remunerada.

Prevê ainda a PEC que as novas regras não se aplicarão à eleição que ocorrer até um ano da data da vigência da futura emenda constitucional dela decorrente.

O primeiro signatário justifica a proposição dizendo que os militares da ativa não devem estar vinculados a atividades político-partidárias, razão pela qual o constituinte originário restrin giu a participação deles, enquanto em serviço ativo, no processo político-eleitoral. Argumenta, contudo, que é preciso adotar “*cautelas adicionais*” para garantir a “*neutralidade política das Forças Armadas*”. Por isso, ele propõe que o militar federal em serviço ativo que se candidate a cargo eletivo seja transferido para a reserva *remunerada* apenas se preencher os requisitos normais para tanto, devendo ir para a reserva *não remunerada* se não preencher esses requisitos. Esclarece também que pretende que as regras mais restritivas sejam aplicáveis apenas aos militares das Forças Armadas que se candidatem a cargos eletivos, mantendo-se o regramento atual para os policiais militares e bombeiros militares que tenham o mesmo intuito.

Até o momento não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) emitir parecer sobre PECs, independentemente da matéria nelas veiculada.

A proposição atende a *constitucionalidade* do ponto de vista *formal*. Ela é de autoria de 28 Senadores, mais de um terço da Câmara Alta, portanto, conforme exige o art. 60, inciso I, da CF. Além disso, o País não se encontra atualmente na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, situações que proibiriam a proposta de alteração da Carta Magna (art. 60, § 1º, CF). E não se trata de matéria constante de PEC rejeitada ou prejudicada na mesma sessão legislativa (art. 60, § 5º, CF).

No tocante à *constitucionalidade material*, tampouco se verificam óbices. Preliminarmente, não há reserva de iniciativa para a apresentação de

PECs, ao contrário do que ocorre para os projetos de lei (art. 61, § 1º, inciso II, alínea “f”, CF). Ademais, cabe à União legislar privativamente sobre Direito Eleitoral (art. 22, inciso I, CF), não havendo que se falar em ofensa ao princípio federativo. De qualquer forma, a mudança está sendo proposta apenas para os militares da União, deixando incólumes os militares dos Estados e do Distrito Federal.

As regras propostas pela PEC para a elegibilidade dos militares federais, estabelecem que eles só podem ir para a reserva remunerada após 35 anos de serviço (art. 50, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares).

No entanto, os militares federais que desejarem se candidatar, caso já tenham mais de 35 anos de serviço, não sofrerão limitação significativa, já que, mesmo transferidos para a reserva, manterão seus rendimentos normalmente, sem que isso afete seu estilo de vida. Já para os que ainda não tenham 35 anos de caserna, embora a decisão de se candidatar acarrete a transferência para a reserva não remunerada, caso sejam eleitos, terão outra fonte de remuneração durante o mandato e, caso não sejam, não perderão a patente, se forem oficiais, nos termos do art. 142, § 2º, incisos I e VI, da CF.

Ademais, é lição básica de Direito Público que o interesse público da sociedade tem primazia sobre o interesse particular, quando existir justificativa jurídica para tanto. No caso, o aumento da restrição eletiva de militares federais se justifica ante a necessidade de que eles possam exercer com completa confiabilidade seu mister de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e de garantia da lei e da ordem (art. 142, *caput*, CF), o que traz benefícios para toda a sociedade brasileira.

Tal raciocínio poderia parecer exagerado, mas isso apenas porque o Brasil, felizmente, possui um longo histórico de ausências de guerras dentro de seu território. Para preservar isso e manter a plenitude da segurança externa do País, é fundamental que os militares estejam plenamente focados em sua missão constitucional, sem desviarem seu foco para as atividades políticas, que devem ser deixadas a outras categorias que não tenham a nobre e relevante missão de promover a Defesa Nacional.

Por outro lado, estão atendidas a *juridicidade* e a *regimentalidade*, já que a matéria observa os princípios jurídicos, a organicidade do sistema jurídico e os preceitos regimentais desta Casa. Do mesmo modo, a *técnica legislativa* foi observada, conforme os mandamentos da Lei Complementar nº

95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, a PEC merece aprovação. Conforme salientado pelo primeiro signatário, militares da ativa das Forças Armadas não devem estar vinculados a atividades político-partidárias, razão pela qual o constituinte originário restringiu a participação deles, enquanto em serviço ativo, no processo político-eleitoral. Correto o autor, portanto, quando declara que é preciso adotar “cautelas adicionais” para garantir a “neutralidade política das Forças Armadas”. Com efeito, o militar, ao ingressar na carreira, já tem a exata noção de que lhe são exigidos maiores sacrifícios do que ocorre com os servidores civis, tanto assim que podem ser presos sem ordem judicial, não podem manejar o *habeas corpus* em relação a infrações disciplinares, não podem fazer greve nem podem se sindicalizar, tudo isso por determinação do constituinte originário.

Naturalmente, as alterações pretendidas não se aplicarão aos policiais militares e aos bombeiros militares, que devem continuar a ser regidos pelas regras atuais do constituinte originário, ainda que integrem corporações que são Forças Auxiliares do Exército, nos termos do art. 144, § 6º, da CF. Isso porque essas Forças Militares não tem a função de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e de garantia da lei e da ordem (art. 142, *caput*, CF), mas apenas de segurança pública, ou seja, de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, *caput*, CF).

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator